

COOPERATIVISMO

Inaugurado Laboratório Nacional de Referência de Saúde Animal

É inaugurado hoje, pelo ministro da Agricultura e pelo comissário da Saúde e Segurança Alimentar, o Laboratório Nacional de Referência de Saúde Animal. A estrutura fica localizada na Quinta do Marquês, em Oeiras, nas instalações do INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária. Tem como missão assegurar a investigação e implementar as políticas do Governo no campo de saúde animal e da saúde pública.

EDUARDO GRAÇA, PRESIDENTE DA CASES - COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL, EM ENTREVISTA

Setor cooperativo gera 5,5% do emprego remunerado em Portugal

Comparando a média do emprego remunerado da União Europeia (EU) que é gerado pelo setor cooperativo e da economia social com a média do emprego remunerado em Portugal, “nós estamos com um diferencial de dois pontos percentuais”. Significa isto que, “na UE estamos com cerca de 7,5% de emprego remunerado no setor da economia social e em Portugal esse valor é de 5,5%”, revela o presidente da CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

Em entrevista à “Vida Económica” em S. João da Pesqueira, à margem do Congresso “Desenvolvimento Sustentável do Território do Douro e Trás-os-Montes”, Eduardo Graça é taxativo: “isto quer dizer que Portugal tem uma margem para que este setor cresça e seja um potencial de criação de emprego e de combate ao desemprego”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Só na região do Douro há 145 cooperativas, 90 das quais agrícolas. Que papel assume o cooperativismo no desenvolvimento do interior do país e desta região?

Eduardo Graça – Como em todas as áreas da organização dos cidadãos no âmbito da economia, nomeadamente no movimento cooperativo, existe uma lógica de progresso. O movimento coo-

perativo tem uma história muito longa, que resulta da necessidade de os cidadãos se organizarem para resolverem problemas com que se confrontaram no âmbito da sua atividade. O facto de existirem bastantes cooperativas nesta região significa que estamos perante uma história, que tem tido capacidade de resiliência em relação a todas as crises ao longo dos últimos 80 ou mais anos e que essas cooperativas estão em condições de adotar medidas no sentido de se renovar.

VE – Quanto vale hoje em Portugal, termos económicos, a economia social e o setor cooperativo?

EG – Nós estamos perante um modelo que é pouco conhecido, pouco reconhecido, em desfavor do setor privado, mas que desempenha um papel muitíssimo relevante, por várias razões. Primeiro, porque resulta da associação de pessoas, ou seja, assenta, não numa lógica do capital, mas numa lógica humana. Segundo, porque está muito próxima dos cidadãos e do território, ou seja, ao contrário da empresa privada – e não quer dizer que se possa diabolizar a empresa privada, obviamente -, a cooperativa está muito associada à comunidade, que reconhece nessa empresa cooperativa uma lógica de trabalho que lhe pertence e na qual

pode participar. Por essa razão, uma cooperativa não se deslocaliza. Não há memória de que uma cooperativa, de repente, tendo muito sucesso do ponto de vista dos seus negócios, se lembre de ir trabalhar para a Tunísia ou a Bulgária. Não. As cooperativas só fazem sentido no território e junto das comunidades das quais resultam. Por outro lado ainda têm um potencial muito grande do ponto de vista do negócio, da comercialização e da criação de emprego. Isso está devidamente documentado em termos estatísticos. Comparando a média do emprego remunerado da UE que é gerado pelo setor cooperativo e da economia social com a média do emprego remunerado em Portugal, nós estamos com um diferencial de dois pontos percentuais. Na UE estamos com cerca de 7,5 de emprego remunerado no setor da economia social e em Portugal esse valor é de 5,5%. E o mesmo acontece no setor cooperativo. Isso quer dizer que Portugal tem uma margem para que este setor cresça e seja um potencial de criação de emprego e de combate ao desemprego. É deste ângulo que também temos de olhar para o setor.

VE – Concorda, ainda assim, que estas estruturas deveriam implementar uma gestão mais profissionalizada?

EG – Sim, esse é um caminho absolutamente inevitável. Existem questões evidentes de escassez de profissionalismo, de formação, de escassez de rejuvenescimento dos quadros. Esse problema está devidamente identificado, quer pelas próprias cooperativas, quer por nós, CASES, quer por muitos especialistas e académicos que estudam estas matérias. Mas esses problemas têm de ser resolvidos essencialmente pelo próprio movimento cooperativo, porque ele tem uma característica que é singular em relação à empresa privada: é que resulta da própria vontade dos cooperadores. E tem um conjunto de princípios que põem em primeiro lugar a

questão da autonomia e da liberdade de associação. Isso faz parte de uma lógica histórica que tem como raiz o associativismo livre. Existe movimento histórico de criação de várias entidades, as associações, as cooperativas, as mutualidades e que resultou deste processo de associativismo livre, que vem da Revolução Industrial. Por isso, o Estado não pode nem deve imiscuir-se nas lógicas associativas. Têm de ser os próprios cidadãos a reconhecerem as insuficiências, as deficiências e as dificuldades das organizações e tomarem medidas, no âmbito associativo, para que possam ser resolvidas.

“Há uma retoma do setor cooperativo desde 2014”

Há em Portugal, com referência ao ano de 2013, “mais de 6000 entidades do setor cooperativo”, por comparação com as cerca de 5500 existentes em 2010, revela Eduardo Graça à “Vida Económica” nesta entrevista.

Estes e outros dados, que estão a ser recolhidos no âmbito da conta satélite da economia social criada em parceria com o INE, permitem ao presidente da CASES afirmar que “há uma retoma do setor cooperativo a partir do ano 2014”. Isto, “mesmo com crises, com problemas, evidentemente, em certos sub-setores, em determinadas cooperativas, mas isso é comum a todos os setores”.

Eduardo Graça partilha, aliás, com a “Vida Económica” uma reflexão: “eu costumo perguntar se os cidadãos têm mais desconfiança em relação ao setor cooperativo do que em relação ao setor da banca, ou seja, será que existe menos confiança por exemplo em relação às caixas de crédito agrícola do que em relação ao setor da banca comercial?”.

É que, diz o presidente da CASES, “quando começamos a olhar à volta para os setores da atividade económica e social há alguns que são chave na nossa organização e face aos quais existe uma profunda desconfiança”. E Eduardo Graça pergunta: “o setor cooperativo, sobre o qual normalmente existe um preconceito histórico, não gerará mais confiança do que outros que são considerados como setores de ouro, intocáveis, e sobre os quais durante muitos anos nunca ninguém pôs em causa nada?”.



Eduardo Graça, presidente da CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.